



PARCEIROS
DO WWF-BRASIL
NESTA PUBLICAÇÃO



CDSA Companhia de Desenvolvimento de
Serviços Ambientais do Estado do Acre S.A.



Novo Acre
Governo parceiro, povo empreendedor

RELATÓRIO

BR

2018

Mecanismos Financeiros Inovadores para Conservação e Desenvolvimento Sustentável: Remuneração de Resultados de REDD+ no Acre

ESTADO DO ACRE

Governador

Sebastião Afonso Viana Macedo Neves

Vice Governadora

Nazareth Lambert

Secretária de Estado da Casa Civil

Márcia Regina de Sousa Pereira

Secretário de Estado de Meio Ambiente

Carlos Edegard de Deus

Diretora Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas
e Regulação de Serviços Ambientais

Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros

Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento
de Serviços Ambientais

Alberto Tavares Pereira Júnior

WWF-BRASIL

Diretor Executivo

Maurício Voivodic

Diretora de Comunicação e Engajamento

Gabriela Yamagushi

Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia

André Costa Nahur

Analista Técnico

Eduardo Valente Canina

Coordenadora de Campanhas e Comunicação

Denise Oliveira

Analista em Conservação Sênior

Rocío Ruiz

Analista de Comunicação Sênior

Frederico Brandão

Mecanismos Financeiros Inovadores para Conservação e Desenvolvimento Sustentável: Remuneração de Resultados de REDD+ no Acre

1ª edição

Rio Branco (AC)

Novembro de 2018

AUTORES

Magaly Medeiros, Pavel Jezek (IMC)

Alberto Tavares, Ana Paula Kanoppa (CDSA)

Edegard de Deus, Milena Brandão (SEMA/FEF)

Ricardo Mello, Kennedy Souza, Sarah Hutchison (WWF)

COMISSÃO ESTADUAL DE VALIDAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Asimmanejo, CNS, GTA, WWF

Embrapa, IMC, PGE, Sema

COMISSÃO EDITORIAL DO IMC

Presidente

Magaly Medeiros

Membros

Vera Lúcia Reis Brown,

Nésia Moreno, Larissa Barbosa,

Barbara Angelica Guimarães,

Raul Vargas Torrico,

Stoney Pinto

SUPERVISÃO EDITORIAL E REVISÃO DE TEXTO

Larissa Barbosa, Pavel Jezek

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Supernova Design

FOTO DE CAPA

© **WWF-Brasil / Adriano Gambarini**

WWF-Brasil

Endereço: SHC/Sul CL QD.114, Bloco D Loja 35, Asa Sul CEP 70.377-540 Brasília – DF

Tel.: +55 61 3263 9884 | +55 61 3364 7474

Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC

Endereço: Rua das Acácias, 279. Bairro Distrito Industrial,

Rio Branco-AC CEP 69920-175

Tel.: +55 68 3223 1933 | +55 68 3223 9962

E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

Site: imc.ac.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
RESUMO	8
CONTEXTO	9
MUDANÇAS ESPERADAS	14
LINHA DO TEMPO	15
AVANÇOS	17
ATORES	31
DESAFIOS	32
LIÇÕES APRENDIDAS	36

APRESENTAÇÃO

Em 2010 o Acre tornou-se o primeiro estado da Amazônia brasileira a regulamentar a valorização do seu capital natural através do Sistema

de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) e de seus programas. O primeiro deles é o Programa ISA Carbono, concebido como programa jurisdicional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+), com base em conservação e aumento de estoques de carbono e manejo sustentável de florestas.

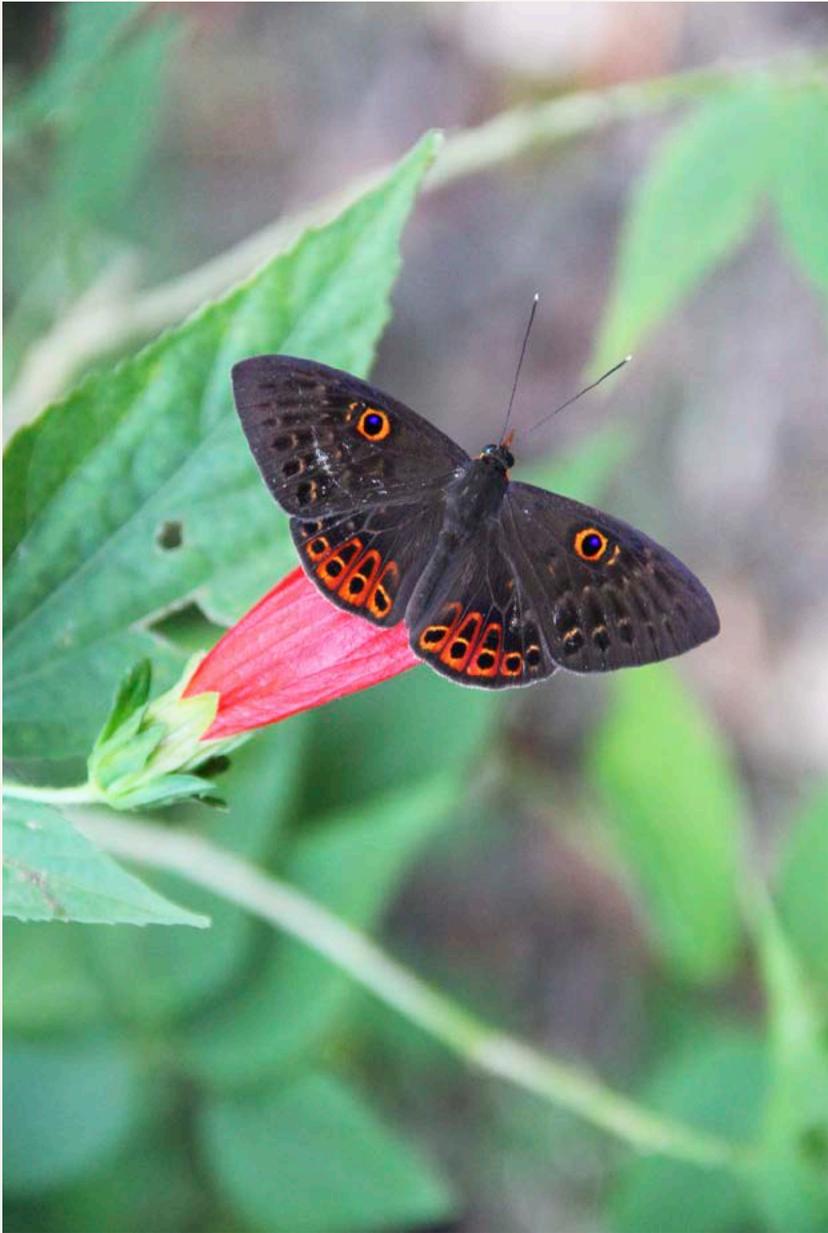
O Programa ISA Carbono prevê a implementação de mecanismos de remuneração por resultados, visando beneficiar as comunidades que conservam as florestas e aquelas que reduzem o desmatamento. A integração desses mecanismos com as políticas públicas, na transição para uma economia de baixas emissões de carbono (economia verde), fez do Acre o primeiro governo subnacional a implementar um programa jurisdicional de REDD+.

O Acre também é um pioneiro da iniciativa *Global REDD+ Early Movers* (REM) do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), com a contribuição financeira de EUR 25 milhões, que remunera os resultados de redução de emissões de 6,572 milhões de toneladas de CO₂e obtidos entre 2011 e 2015.

Este documento apresenta os avanços, os desafios e as lições aprendidas da experiência de um Estado subnacional, bem como detalha o funcionamento do SISA em relação aos mecanismos financeiros e às cadeias produtivas de baixas emissões no Acre.

Magaly Medeiros
Diretora Presidente

Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação
de Serviços Ambientais



© Pavel Jazek

RESUMO

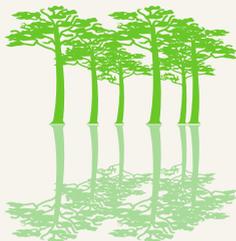
Após sete anos de implementação de políticas públicas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento econômico de baixas emissões de

carbono, o Estado do Acre obteve, a partir de 2006, resultados de redução do desmatamento. A política de valorização do ativo ambiental florestal contribuiu para uma trajetória consistente de frear a conversão florestal, acompanhada por um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O modelo de desenvolvimento se baseia na inclusão social, conservação ambiental e economia robusta e diversificada, incluindo produção florestal, agricultura familiar e pecuária diversificada e sustentável.

Criado por meio da Lei Estadual 2308 em 2010, o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) é uma política pública mais recente que inclui um conjunto de programas. O primeiro, Programa ISA Carbono, é uma abordagem jurisdicional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+), com uso sustentável da terra e contabilização do carbono florestal. Embasado num sólido arcabouço legal e arranjo institucional, o Programa ISA Carbono tornou-se um mecanismo financeiro com estrutura de governança participativa e segurança para investidores e parceiros interessados.

Com base em resultados verificados e registrados de REDD+ e condições de viabilidade e credibilidade, o Programa ISA Carbono foi escolhido no âmbito da iniciativa *Global REDD Early Movers* (Programa REM), para implementação entre 2012 e 2017. O Programa REM no Acre prevê, em menor proporção, apoiar a operacionalização e o aprimoramento do SISA e a consolidação da governança do sistema através da participação da sociedade civil. Visando uma repartição de benefícios mais efetiva e justa, a maior proporção foi destinada às comunidades organizadas, provedoras de serviços ambientais vinculados à conservação das florestas e redução do desmatamento.

No final de 2017 o Programa contabilizava aproximadamente 21.000 beneficiários, que relatam uma melhoria de seus meios de vida, mediante a consolidação e diversificação de cadeias produtivas sustentáveis, da valorização dos recursos e ecossistemas naturais e da redução do desmatamento, priorizando as áreas críticas. Com os resultados do Programa REM, o Acre representa uma experiência importante para a Amazônia brasileira e o SISA um mecanismo que contribui para a transição e consolidação de estratégias de desenvolvimento que visam uma economia de baixas emissões.



CONTEXTO

O objetivo deste documento é compartilhar as experiências do Programa Jurisdicional ISA Carbono do Estado do Acre com foco na

remuneração por resultados de REDD+ e da repartição de benefícios por meio de subprogramas que apoiam provedores de serviços ambientais relacionados com o carbono florestal no Estado do Acre.

Além da contextualização do SISA e do desenvolvimento do seu papel como mecanismo de diversificação e capilarização de fluxos financeiros em suporte às cadeias produtivas de baixas emissões do Acre, este documento apresenta os principais avanços, desafios e lições aprendidas. Tendo em vista as parcerias do Acre com outras iniciativas de REDD+ jurisdicional, espera-se que o documento seja útil para atores de outras jurisdições, de investidores e outros interessados em mecanismos financeiros de REDD+.

A regulação do SISA e o apoio do Programa REM, juntamente com as políticas estruturantes da economia verde, têm contribuído para aumentar o volume de investimentos no Estado, incluindo, por exemplo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o Fundo Amazônia e o Fundo Kaeté.

O grau de conservação ambiental do Estado, o estoque de capital natural e o potencial de retorno econômico e financeiro das cadeias produtivas de baixa emissão são vantagens comparativas do Acre nos mercados voluntários e regulados de carbono. Com aproximadamente 87% do seu território total de 164.123 km² com cobertura florestal mantida, o Estado tem buscado desde 1999 reduzir continuamente o desmatamento através da diversificação produtiva e da integração floresta-pecuária-agricultura. Com uma população estimada em 869.265 habitantes (IBGE, 2018), a estratégia estadual de desenvolvimento territorial visa consolidar a transição para uma economia de baixas emissões de carbono ou economia verde, diversificação das cadeias produtivas, com ênfase no desenvolvimento com base florestal, valorização do capital natural e agregação de valor aos produtos.

Os resultados de redução de emissões oriunda de REDD+ mantiveram-se a partir de 2006 em nível baixo, sem afetar negativamente o desenvolvimento do bem-estar da população, como indica a evolução positiva do Produto Interno Bruto (PIB) (Figura 1).

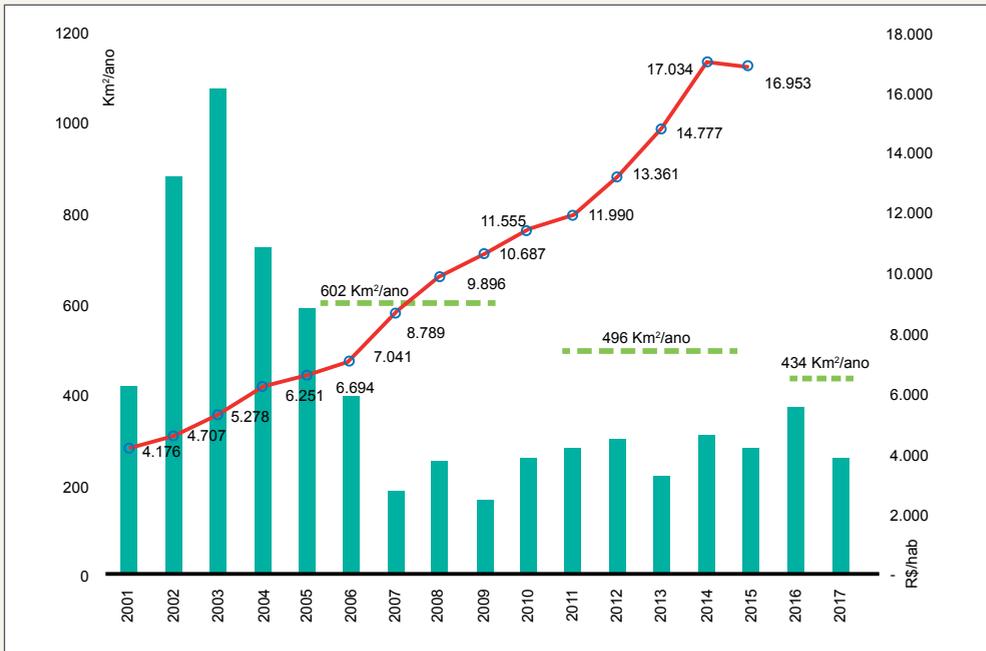


Figura 1 – Evolução do PIB per capita (R\$/habitante e ano) e da taxa do desmatamento no Estado do Acre em comparação com os níveis de referência (Km²/ano; fontes: SEPLAN e INPE, 2017)



© WWF-Brasil / Adriano Gambarini

Marcos regulatórios do caminho do Acre para uma economia verde

O conjunto de instrumentos regulatórios do Estado do Acre vem dando, desde 1999, respostas aos conflitos socioambientais, intensificados nos anos 70 e 80, resultantes da expansão da pecuária, com impacto negativo em florestas, ecossistemas locais, bem como em fontes essenciais dos modos de vida e subsistência de populações indígenas e extrativistas. Ao longo dos últimos 19 anos, as políticas públicas estaduais promoveram a criação de instrumentos de gestão e planejamento territorial, ampliação e consolidação de áreas protegidas em combinação com incentivos econômicos e financeiros à transição para a economia verde.

A *Lei Estadual nº 1.277, de 1999 (Lei Chico Mendes)*, foi um marco importante de valorização e incentivo financeiro à conservação florestal por meio da criação de um benefício econômico para a extração da borracha nativa. Este instrumento criou as bases para compensar os extrativistas pelo serviço de conservação do capital natural florestal, mediante o pagamento de um sobrepreço ao produto e aumentar a atratividade desta atividade florestal, comparado a outras opções econômicas que provocam desmatamento. De forma indireta, esta Lei valorizou os produtos da floresta com uma tentativa de internalizar os custos de capital natural nos preços de mercado com expectativas de aumento do benefício social através do impacto na renda, geração de imposto e nível de empregos de outros setores econômicos.

A *Lei Estadual 1.426, de 2001*, criou o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), juntamente com outros instrumentos da gestão ambiental e florestal do Estado. A regulamentação do SEANP fortaleceu a governança florestal por intermédio da criação do Conselho Florestal do Estado (CFE) e do Fundo Estadual de Florestas (FEF), sendo este último um instrumento para garantir a resiliência financeira da gestão das áreas florestais do Acre. No âmbito do SISA, o FEF está habilitado a receber as contribuições financeiras vinculadas aos benefícios das florestas do Acre.

O *Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)*, aprovado e regulamentado pela Lei nº 1904, de 2007, tornou-se o instrumento regulador da gestão do território e orientador dos investimentos para produção e conservação no Estado, considerando os potenciais e limitantes econômicos, sociais e ambientais existentes.

A *Política de Valorização do Ativo Ambiental e Florestal (PVAAF)* foi regulada em 2008 e complementou as diretrizes do ZEE de integração dos mosaicos florestais e a otimização dos diferentes usos da terra no Estado do Acre. As paisagens com florestas são destinadas à conservação com proteção integral e ao uso sustentável dos recursos naturais e das áreas abertas para recuperação.

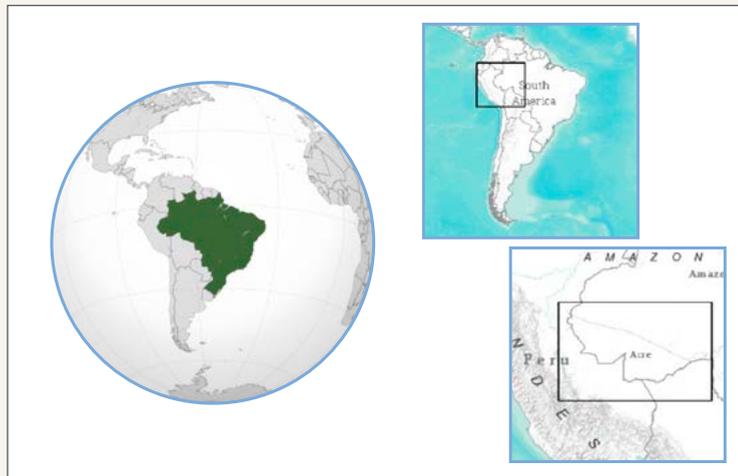
O *Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD)* (aprovado pela Resolução da SEMA nº 1/2010), em alinhamento com o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) e supervisionado pelo Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (constituído por Decreto Presidencial Nº 3/2003), estabeleceu em suas atualizações entre 2004 e 2016 as ações e metas para a gestão territorial, o desenvolvimento de cadeias produtivas, monitoramento e a redução do desmatamento estadual em 80%, com relação à taxa anual média do desmatamento do período 1996-2005, até 2020.

A *Lei Estadual nº 2308/2010* criou o SISA, que regulamenta programas de incentivos a diferentes serviços ambientais no Acre. Essa lei estadual mais recente constitui uma iniciativa subnacional alinhada com as políticas e os compromissos nacionais (Decreto nº 7390/2010 que regulamenta a Política Nacional das Mudanças do Clima PNMC, submissão do nível de referência para emissões florestais FREL 2014, Portaria do Portaria do Ministério do Meio Ambiente MMA nº 370/2015, Estratégia Nacional de REDD+ ENREDD+).

A partir da implementação do SISA, o Estado do Acre (Figura 2), foi reconhecido como um ator-chave em iniciativas internacionais, incluindo a condição de estado-membro da Força Tarefa de Governadores pelo Clima e Florestas (GCF) e signatário do Memorando de Entendimento sobre a necessidade da limitação do aquecimento global com o Estado da Califórnia (*MoU under 2*).

Desde sua concepção inicial, o SISA foi considerado um catalisador financeiro da economia de baixas emissões de carbono, devendo para isso estar alicerçado em três pilares: 1. Gestão eficaz e eficiente; 2. Viabilidade econômico-financeira; 3. Participação social, transparência e monitoramento.

Figura 2:
Localização do
estado do Acre,
Amazônia, Brasil
(Fonte: WWF 2016)



Modelo do Acre de diversificação de investimentos

O modelo de diversificação de investimentos para sustentabilidade no estado do Acre segue a transição de uma economia baseada em floresta, agricultura e pecuária dentro do conceito de Paisagens Sustentáveis de Inovações (PSI), relacionado com o Programa REM e o SISA (Figura 3). Orientado por uma abordagem estoque-fluxo, espera-se a diversificação e a integração de cadeias de produtos da floresta-agricultura-pecuária com serviços ecossistêmicos e valorização do capital natural. Através de investimentos estruturantes e instrumentos econômicos, os portfólios de produtos sustentáveis têm aumentado seus retornos financeiros e contribuído para redução do desmatamento e dos riscos aliados ao aumento e diversificação de fluxos financeiros.

A partir de marcos regulatórios e investimentos, incluindo a implementação do Programa REM, tornou-se possível o desenvolvimento de salvaguardas e indicadores socioambientais no Acre. Com isso, ampliou-se o número de agências e fundos apoiando esse estado, incluindo-se

o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Kaeté Investimentos e outras modalidades (como FIP, FIDC e fundos de *equities*). Ao longo dos anos, o Acre avançou em criação de modelos inovadores de negócios e investimentos (MINI) como parcerias público-privadas e público-privado-comunitárias. Os desafios e as oportunidades da consolidação de PSI estão em vincular mecanismos claros de performance, gestão de riscos e repartição de benefícios socioambientais. Além do seu sistema existente de Monitoramento-Relatoria-Verificação (MRV) de REDD+ já implementado pelo SISA, existe um esforço de integração com outras ferramentas em desenvolvimento por outras organizações, como WWF, EII e IPAM. Além disso existem outros instrumentos de planejamento e gestão como o ZEE, o Sistema de Informação do Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e o Sistema Nacional de Florestas (SINAFLOR), capazes de consolidar um sistema de apoio a investidores e tomadores de decisão no Acre.

Nos próximos anos será possível consolidar os MINIs e criar *clusters* de cadeias produtivas agrícolas, de pecuária, floresta e regeneração. Por meio dos mecanismos já existentes no SISA, será possível aperfeiçoar a governança das PSI no Acre e consolidar uma economia integrada do setor de baixa emissão.

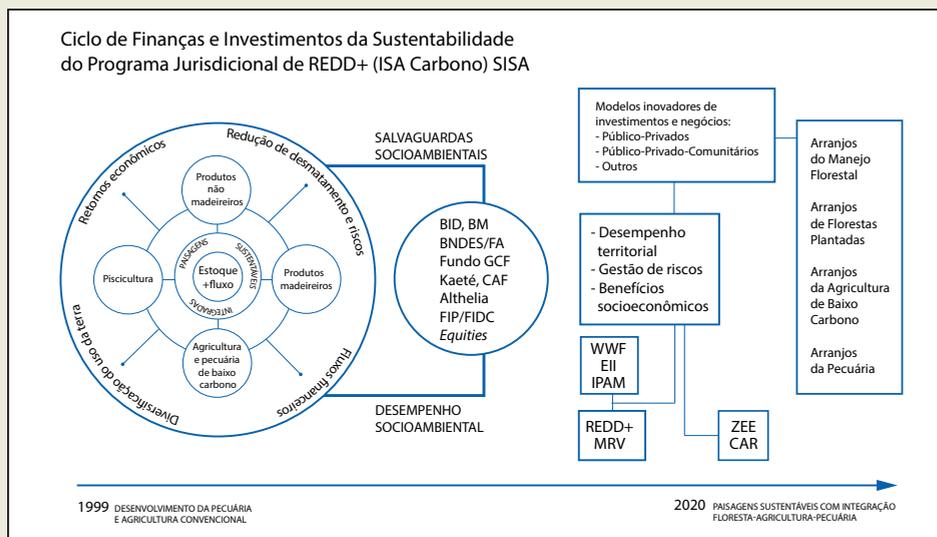
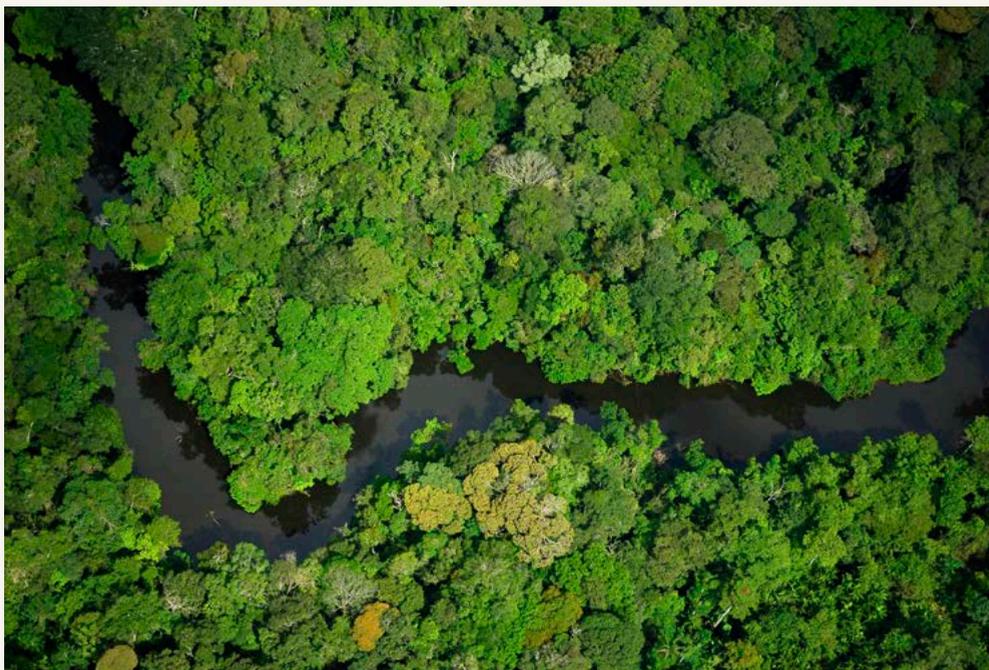


Figura 3: Estratégia financeira do Acre para valorização de capital natural e negócios sustentáveis (fonte: WWF/CDSA, 2017)

MUDANÇAS ESPERADAS

- Ampliar o número de beneficiários do SISA em 10.000 famílias entre 2012 e 2017 e o comprometimento da população com os seus objetivos, através da formação e disseminação.
- Melhorar a efetividade operacional do SISA, através da credibilidade de métodos e resultados de 6,47 MtCO₂e remunerados de uma redução total de aproximadamente 40 MtCO₂e no período dos anos florestais de 2011-2012 até 2014-2015, através da utilização de instrumentos financeiros e econômicos confiáveis e da conquista de parcerias.
- Contribuir para a transição a uma economia de baixas emissões de carbono e inclusão social, através da implementação do SISA e seus programas.



© WWF-Brasil / Zig Koch

LINHA DO TEMPO

A trajetória de implementação do SISA se insere nas iniciativas do Brasil de mitigação das causas e dos efeitos das mudanças climáticas em conformidade com a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima.

Assim, combinado com o objetivo de desenvolvimento econômico e de criação de incentivos para consolidação de alternativas inovadoras de apoio à integração da economia florestal, agricultura e pecuária, a evolução do SISA alinha-se ao mesmo tempo às diferentes iniciativas governamentais e de setores da sociedade, em nível nacional e internacional, de proteção dos recursos naturais, ecossistemas e manutenção dos serviços ambientais (Figura 4).

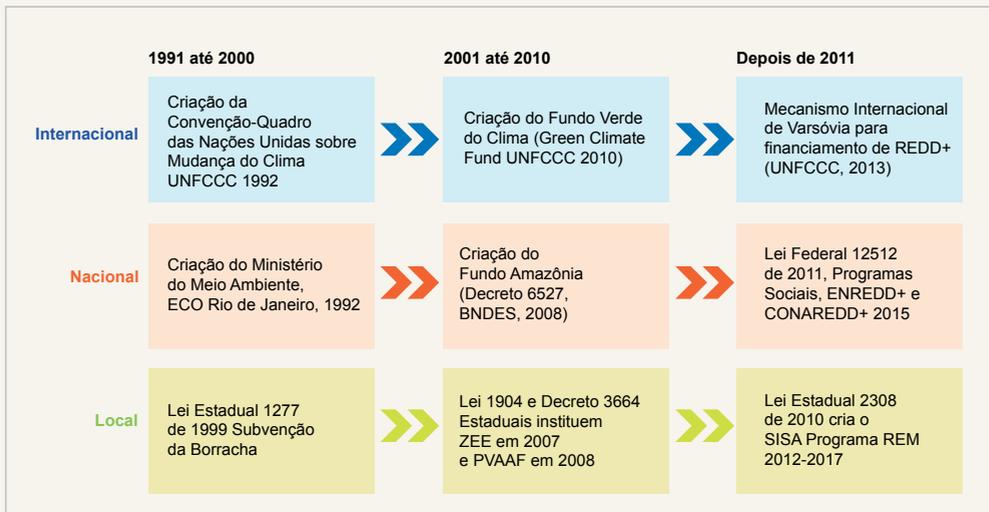


Figura 4:
Integração do SISA e do Programa REM no contexto de iniciativas no Acre, nacionais e internacionais



Programa REDD+ do Acre

(a) Os primeiros resultados de REDD+ (2006-2010): Redução significativa das taxas anuais de desmatamento a partir de 2006. Estes resultados são atribuídos à implementação de políticas públicas orientadas pelo planejamento territorial, valorização dos recursos naturais e inclusão da população no desenvolvimento local. Prolongando-se até 2010, este período coincide com a primeira fase do Programa ISA Carbono (fase antes da Lei do SISA).

(b) Preparação para REDD+ (2010-2012): Aprovação da Lei do SISA pela Assembleia Legislativa do Estado do Acre em 2010 que foi antecedida por consultas públicas para elaboração da proposta de Lei ao longo de 2009. A partir das consultas optou-se pelo Sistema Jurisdicional de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), em vez de um projeto de pagamento por serviços ambientais desconectado de outras políticas públicas. Neste período iniciou a segunda fase do Programa ISA Carbono, quando foram criadas as novas estruturas de governança e a implementação do SISA, incluindo o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) responsável pela regulamentação e monitoramento e a Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA) responsável pela captação de recursos e repartição de benefícios. Além disso a Lei estadual também estabeleceu a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA) para participação e controle social e monitoramento do Programa.

(c) Remuneração de resultados de REDD+ (2012-2017): O Programa ISA Carbono do SISA foi escolhido pela iniciativa *Global REDD Early Movers* (Programa REM) do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) como pioneiro para a implementação sob a modalidade da remuneração de resultados de REDD+. Através de dois contratos assinados em 2012 e 2013, foram disponibilizados recursos no valor de EUR 25 milhões (aproximadamente R\$ 100 milhões). Os recursos dos dois instrumentos contratuais foram desembolsados em parcelas anuais durante o período entre 2012 e 2016, remunerando os resultados de REDD+ comprovados nos anos florestais 2011-2012 até 2014-2015, registrados e desativados (em unidades de redução de emissões tCO₂e). O primeiro contrato no valor de EUR 16 milhões, distribuiu os recursos na proporção de 70%, como apoio direto aos provedores de serviços ambientais, e 30% para o fortalecimento institucional do SISA. O segundo contrato de EUR 9 milhões destinou 90% para beneficiários e 10% para fortalecimento institucional.



AVANÇOS

Diversificação de fontes financeiras para transição à economia verde

Para avançar em direção ao desenvolvimento sustentável, o Estado do Acre diversificou as fontes de financiamentos de apoio à transição e fortalecimento de cadeias produtivas de baixa emissão. De 2003 a 2013, os recursos originados de organizações e agências multilaterais saltaram de aproximadamente R\$ 60 milhões para aproximadamente R\$ 600 milhões. Desde o início das políticas governamentais em 1999 até o ano de 2014, o total acumulado de recursos destinados à criação de condições estruturantes da estratégia de economia verde do Acre somaram aproximadamente R\$ 4,21 bilhões.

Com aproximadamente R\$ 100 milhões de investimentos do Programa REM no Acre no período de 2013 a 2017, no âmbito do SISA e do Programa ISA Carbono, foram consolidadas as condições de salvaguardas socioambientais relevantes também para os investimentos das agências multilaterais e fundos financeiros no Acre dos últimos 19 anos. Assim, em virtude da capilaridade e flexibilidade da aplicação dos seus recursos limitados, o SISA têm contribuído para aumentar o interesse de investidores no Acre, catalisar negócios alinhados com os objetivos estaduais de desenvolvimento sustentável e contribuir com compromissos e acordos nacionais e internacionais de proteção das florestas e do clima.

A título de exemplo, em 2010 o conselho do Fundo Amazônia, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aprovou o projeto de fortalecimento da gestão ambiental e valorização do ativo ambiental e florestal do Acre no valor de R\$ 66,7 milhões executado até 2013. Em 2016, foram aprovados pelo Fundo outros sete projetos no Acre, somando cerca de R\$ 200 milhões para complementar as estratégias de fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis, priorizando aquelas de base florestal com envolvimento de organizações da sociedade civil.

Resultados de REDD+

O Acre adotou, em concordância com as políticas nacionais para a Amazônia Brasileira, a meta de redução até 2020 do desmatamento em 80% com base na taxa anual média do período de 1996-2005

A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO CAPITAL NATURAL PARA DIVERSIFICAÇÃO DE FLUXOS FINANCEIROS INCLUI UMA COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA POR PARTE DOS PRINCIPAIS ÓRGÃOS DO SISA

de 602 km²/ano (Acre 2010 PPCD/AC, Brasil 2010 Decreto 7390 PNMC). No período de 2011 a 2015 foi usado no Estado o nível de referência mais conservador que o nacional, correspondendo a taxa anual média de desmatamento de 2001 a 2010 e de 496 km²/ano.

Comparando as décadas 1996-2005 e 2006-2015, a taxa anual média do desmatamento do Estado diminuiu em torno de 60%, (PRODES 2017). Esta redução representou, com base no estudo sobre biomassa no Acre, realizado por Salimon et al. (2011), emissões evitadas superiores a 127 milhões tCO₂e. A estimativa de 123 tC/ha do estudo citado, mais conservadora quando comparada com outros valores de carbono da biomassa viva acima do solo usados para o bioma Amazônia, foi adotada inicialmente na contabilidade do Programa ISA Carbono e do Programa REM, afim de minimizar eventual risco de superestimação. Nela não são consideradas a biomassa residual ou biomassa abaixo do solo, diferente de outros métodos de estimativa de carbono de biomassa na Amazônia.

A regulamentação da Política Nacional de Mudanças do Clima (PNMC, Decreto 7390) reforçou em 2010 as metas do desmatamento estabelecidas para 2020 e considerou o valor de densidade de carbono da biomassa florestal 132,3 tC/ha. A submissão brasileira perante a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima UNFCCC no ano de 2014 adotou o nível de referência de emissões florestais (FREL) de 151,6 tC/ha para o bioma Amazônia, tornando-se referência obrigatória para o Acre no período de 2016-2020.

No período dos anos florestais 2011-2012 a 2014-2015 a redução total de emissões no Estado atingiu a uma quantidade aproximada de 40 milhões tCO₂e. Deste total, 6,572 milhões tCO₂e foram remuneradas no âmbito do Programa REM (aproximadamente 16%). Adicionalmente, considerando eventuais riscos, foram deduzidas reservas de 10% como compensação de vazamento e não-permanência e 10% para projetos individuais, independentemente, se registrados ou não no SISA. Os resultados remunerados de redução de emissões, com base no monitoramento do desmatamento pelo PRODES, foram verificados pelo Comitê Científico do SISA, registrados e desativados na *MARKIT Environmental Registry* juntamente com a quantidade de 7,082 milhões tCO₂e como contribuição própria para gestão de riscos do Estado do Acre.



Tabela 1: Estrutura de implementação do Programa REM no Acre

Componentes	Principais ações	Principais resultados
Entidades	Governança e divulgação do SISA, formação, monitoramento, apoio na execução, logística e comercialização, produção florestal madeireira e não madeireira, sistemas integrados, agricultura familiar, diversificação de cadeias produtivas, incluindo pecuária	O SISA e seu Programa ISA Carbono estão reconhecidos como mecanismos de incentivo a serviços ambientais, de proteção de florestas e clima e integrados no modelo de desenvolvimento com baixas emissões, parcerias público-privado-comunitárias, redes de cooperação, aproximadamente 700 atores formados e programas de desenvolvimento rural através de 4 subprogramas
Instrumentos	Incentivos à diversificação e fortalecimento de processos produtivos, subsídios para extrativismo, editais, governança do SISA, reforma de infraestrutura, aquisição de equipamento e insumos	A repartição de benefícios, capilarizada e equilibrada, atinge aproximadamente 21.000 beneficiários (7000 indígenas, 3000 extrativistas, 6500 produtores familiares e 4500 produtores da pecuária diversificada sustentável)
Órgãos de governança do SISA	Regulamentação, normatização, monitoramento do desmatamento e das salvaguardas, coordenação do programa e de estudos de biomassa e solos	Normativa sobre registro de projetos, relatórios de monitoramento e avanço, avaliação do cumprimento das salvaguardas, inventários de gases de efeito estufa (2010, 2012), intercâmbio periódico com 36 jurisdições de GCF e CIAM
Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA)	Elaboração participativa de subprogramas, gerenciamento de ativos ambientais, construção de parcerias, captação de recursos e repartição de benefícios	Implementação de 4 subprogramas (Indígena, Produção Familiar, Extrativismo, Pecuária Diversificada Sustentável) e consolidação de parcerias, possibilitando sua continuidade
Fundo Estadual de Florestas (FEF), Conselho Florestal do Estado (CFE)	Administração dos recursos financeiros, debates e deliberação sobre políticas relacionadas com florestas	Gerenciamento de 126 convênios e termos de cooperação, complementaridade e sinergias com outras políticas, a exemplo do Cadastro Ambiental Rural (CAR)
Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA) assessorada pelas Câmaras Temáticas Indígena e Mulher	Validação e deliberação referente as ações do SISA e do Programa REM	Fortalecimento da função de participação e controle social no SISA com representatividade de indígenas e mulheres
Comissão executiva do SISA	Planejamento, coordenação e deliberação referente ao SISA e ao Programa REM	O orçamento próprio aumentou em 50%
Instrumentos de contribuição financeira	Investimento em programas já existentes e ações que contribuem para conservação das florestas e para redução do desmatamento	As taxas anuais do desmatamento se mantiveram em mais de 50% abaixo dos níveis históricos (2001-2010), remuneração da redução de emissões de 6,572 MtCO ₂ e no valor total de EUR 25 milhões (USD 32,86 milhões, 2012-2015) e o programa ISA Carbono operando como mecanismo financeiro

A tabela 1 mostra a complexidade da implementação do Programa REM no Acre. A figura 5 ilustra os fluxos financeiros desde os desembolsos no âmbito dos dois contratos de contribuição financeira do KfW para o Estado. A estrutura de governança do capital natural para diversificação de fluxos financeiros inclui uma coordenação e administração do Programa por parte dos principais órgãos do SISA (IMC, CDSA, FEF, tronco da árvore), distribuindo os recursos através de instrumentos da repartição de benefícios (convênios, termos de cooperação, outros, simbolizados pelas ramificações da árvore) e capilarizando os fluxos até as entidades beneficiadas (folhas da copa da árvore).

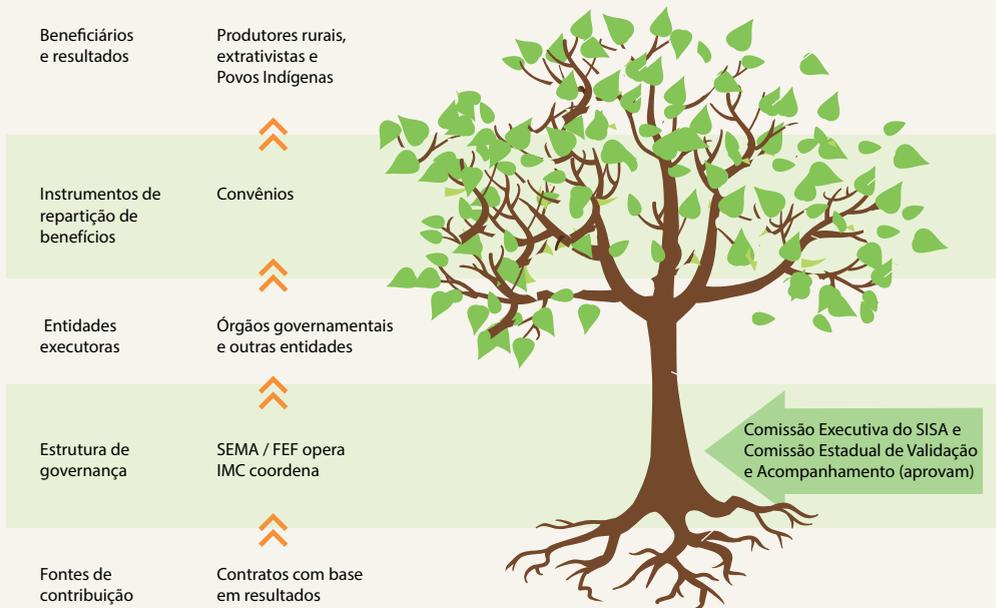


Figura 5:
Instrumentos da
Gestão Financeira

Conforme estabelecido nos dois contratos, as maiores proporções dos recursos (nos contratos I e II de 70% e 90% respectivamente) estavam destinadas às entidades de beneficiários diretamente e indiretamente via programas por intermédio de órgãos governamentais. Os recursos restantes (30% e 10%) estavam previstos para a operacionalização e o aprimoramento do SISA.

Considerando que o Programa Global REDD *Early Movers* (Programa REM em cooperação do KfW com o Estado do Acre)

O PROGRAMA REM BENEFICIA TANTO COMUNIDADES INDÍGENAS E POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS, QUE TRADICIONALMENTE CONTRIBUEM PARA A CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS QUANTO PRODUTORES RURAIS QUE REDUZEM O DESMATAMENTO.

beneficiou mais de 21 mil famílias, através de investimentos realizados no valor de cerca de R\$ 100 milhões durante o período do programa de 2012 a 2017, pode-se deduzir um benefício médio de aproximadamente R\$ 950 por família cada ano. Essa informação é de caráter preliminar e requer de análise mais aprofundada (distribuição geográfica, temporalidade, tipo de beneficiário, de atividade e resultados) antes de poder quantificar os valores dos serviços ambientais.

A estrutura da repartição dos benefícios (por meio de subprogramas) dos recursos desembolsados pelo KfW em parcelas anuais que remuneram os resultados comprovados de redução do desmatamento do ano florestal anterior visam contribuir para novas ações que mantenham o desmatamento baixo. As taxas de desmatamento foram mantidas inferiores a 50% do nível de referência de 2001-2010 do Acre de 496 km²/ano, embora não tenham atingido uma tendência contínua de redução no período do Programa.

Além dos serviços ambientais relacionados com o carbono florestal, é importante destacar que o SISA está embasado no conceito de florestas habitadas, produtivas e conservadas e da integração das paisagens de florestas e de áreas abertas. Nesse contexto mais amplo, as estimativas da redução de emissões do carbono florestal têm a função de mensurar os resultados dos mecanismos de REDD+.



© CPL-AC/Billyshelby Fequis

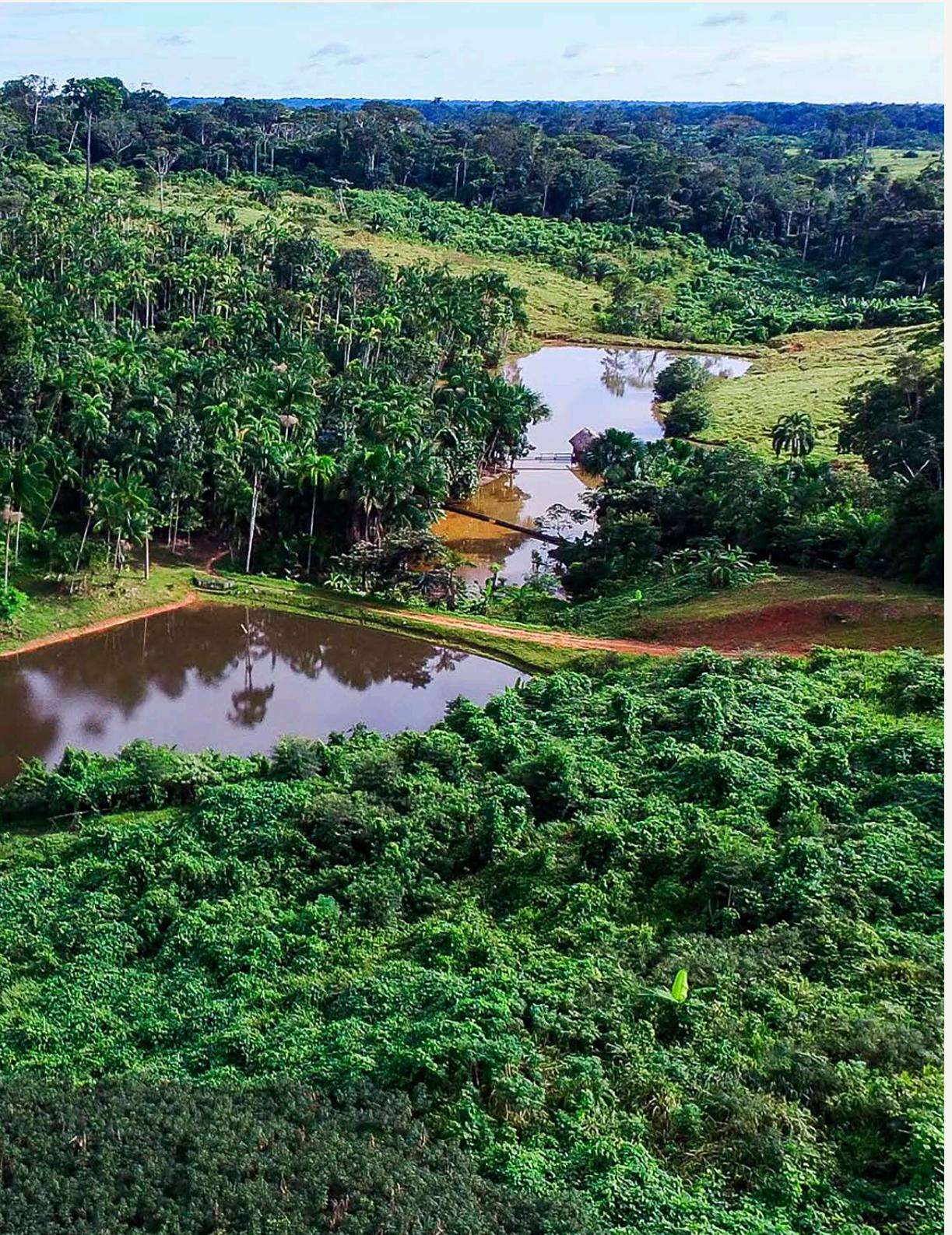
“Os produtores familiares do projeto de assentamento Nova Cintra, originalmente destinado à agricultura familiar, começaram a se dedicar a uma atividade extrativista que valoriza a floresta em pé.

A Fundação de Tecnologia do Acre FUNTAC concedeu a infraestrutura e o equipamento para armazenamento, secagem e beneficiamento do murmuru. Com apoio do Programa REM entre 2013 e 2016, a cooperativa conseguiu ampliar o número de cooperados para 400 e organizar melhor os processos de coleta, beneficiamento e comercialização. A safra de 2016 acumulou 6457 sacas de 43 kg. Hoje a COOPERCINTRA vende óleo e manteiga para a empresa ABERACA no Pará.

O óleo de murmuru é apreciado como componente de cosméticos com propriedades benéficas.”

José Lima,
Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Nova Cintra - COOPERCINTRA





Os principais responsáveis pelos resultados são os provedores dos serviços ambientais. Em consequência, tornam-se eles também os destinatários dos benefícios. Os benefícios do SISA, do Programa ISA Carbono e do Programa REM geram um conjunto de impactos positivos, além da conservação do estoque e da redução do fluxo do carbono florestal, contribuindo para a inclusão social no desenvolvimento local e aumentando o número de famílias de beneficiários em aproximadamente 21 mil entre 2012 e 2017. Nesse contexto é importante considerar que as decisões dos beneficiários interagem com as diferentes opções econômicas oferecidas pelo mercado.

O Programa REM beneficia tanto comunidades indígenas e populações extrativistas, que tradicionalmente contribuem para a conservação das florestas, quanto produtores da agricultura familiar e pecuária diversificada sustentável, empenhados na redução das queimadas e do desmatamento.

Acordo sobre a repartição de benefícios

A repartição de benefícios, no âmbito do Programa ISA Carbono e do Programa REM, considera a combinação de três abordagens:

- (a) A primeira abordagem, “Estoque e Fluxo”, considera tanto a conservação do estoque como a redução do fluxo do carbono florestal, sendo importante para as estratégias de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas do Estado do Acre, porque mais de 90% das emissões de dióxido de carbono (CO₂) provêm de mudanças do uso da terra, das queimadas e do desmatamento, conforme constata os Inventários de Gases de Efeito Estufa do Acre de 2010 e 2012. A conservação de cerca de 87% de cobertura florestal do Estado é mérito principalmente dos seus habitantes.
- (b) A segunda abordagem, “Programática”, significa que para a execução de atividades são usados programas e instrumentos já existentes, a fim de repartir os benefícios e atingir as metas de REDD+ sem demora, à exemplo da Lei Chico Mendes, conceituada inicialmente para incentivar a coleta da borracha, mas que também contribui para a conservação das florestas em geral.
- (c) A terceira abordagem, “Provedores-Beneficiários”, está estabelecida pela Lei do SISA, visando tornar a(os) legítima(os) provedora(es) de ações de manutenção dos serviços ambientais em beneficiária(os) do SISA e do Programa REM.



Figura 6: Concepção do Programa REM e da repartição de benefícios por subprogramas, beneficiários e atividades

Além dessas três abordagens, são aplicados critérios de elegibilidade de entidades aptas à participação do Programa ISA Carbono e do Programa REM e repartição de benefícios através de convênios e termos de cooperação.

Gestão Financeira e Diversificação dos Mecanismos

Com base nos contratos de contribuição financeira, o Banco de Desenvolvimento KfW transferiu parcelas anuais, correspondentes à remuneração de resultados de REDD+ do Estado do Acre dos anos florestais 2011-2012 a 2014-2015, para o Fundo Estadual de Florestas (FEF), criado pela Lei nº 1426 em 2001 e, desde 2015 vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Florestas (SEMA). As parcelas anuais são liberadas com base em resultados verificados, registrados e desativados para cada ano florestal amazônico (agosto-julho). O FEF administra contas bancárias específicas para cada contrato, permitindo o monitoramento e a prestação de contas em separado.

As entidades elegíveis devem:

- Estar alinhadas com os objetivos do SISA de manutenção dos serviços ambientais e dos objetivos do Programa REM de apoiar a redução de emissões e a proteção de florestas e clima;
- Desenvolver atividades econômicas que promovam a diversificação da produção e a redução da pressão sobre as florestas;
- Ser capazes de executar as atividades planejadas;
- Estar regularizadas e corretamente documentadas como organização;
- Promover a equidade de gênero;
- Estar localizadas em áreas críticas de desmatamento nas diversas regiões do Estado.

O planejamento orçamentário e a repartição dos benefícios são acordados em sessões do Conselho Estadual de Florestas (CFE) e aprovados em reuniões dos membros da CEVA. Em sequência são estabelecidos convênios ou termos de cooperação com as entidades proponentes e habilitadas (associações, cooperativas), com base em Planos de Trabalho, pareceres técnicos e jurídicos.

A CEVA contribuiu para o fortalecimento do SISA, através da criação de Grupos de Trabalho Indígena e Mulheres, formalizados como Câmaras Temáticas, com a finalidade de assessoramento específico. A criação das Câmaras permite que representantes dos povos indígenas e mulheres do campo participem com maior efetividade.

Em 2008, o Estado do Acre, em reconhecimento dos seus esforços para consolidação das estratégias da economia verde, foi convidado pelo estado americano da Califórnia a fazer parte da criação da Força Tarefa de Governadores pelo Clima e Florestas (GCF). O Acre aceitou ser membro fundador dessa iniciativa e organizou em 2014 o encontro anual do GCF, ano em que foi elaborada a Declaração de Rio Branco. A Declaração registra o compromisso dos chefes de governos subnacionais de se reduzir o desmatamento histórico em 80% até 2020, condicionado à disponibilidade dos recursos necessários. Até o final de 2016, o número de membros de GCF cresceu para 36 jurisdições subnacionais.

A estrutura, o arranjo institucional e o marco legal do SISA permitem desenvolver um alto grau de flexibilidade para construir parcerias, estabelecer relações, negócios e usar diversos mecanismos financeiros, como contratos de doação, créditos, participações, ações, opções, *green bonds*, dentre outros. São mecanismos conhecidos e confiáveis para atrair o interesse de potenciais parceiros.

Uma nova tendência na economia do Acre que merece destaque representa os investimentos em Fundos de Investimento de Participação FIP, com participação de empresários tradicionalmente engajados na produção pecuária, e mais recentemente estimulados para o seu interesse em cadeias florestais.

O escopo do *Carbon Fund* da *Forest Carbon Partnership Facility* FCPF do Banco Mundial são os países membros (atualmente 47 países da África, Ásia, América Latina).

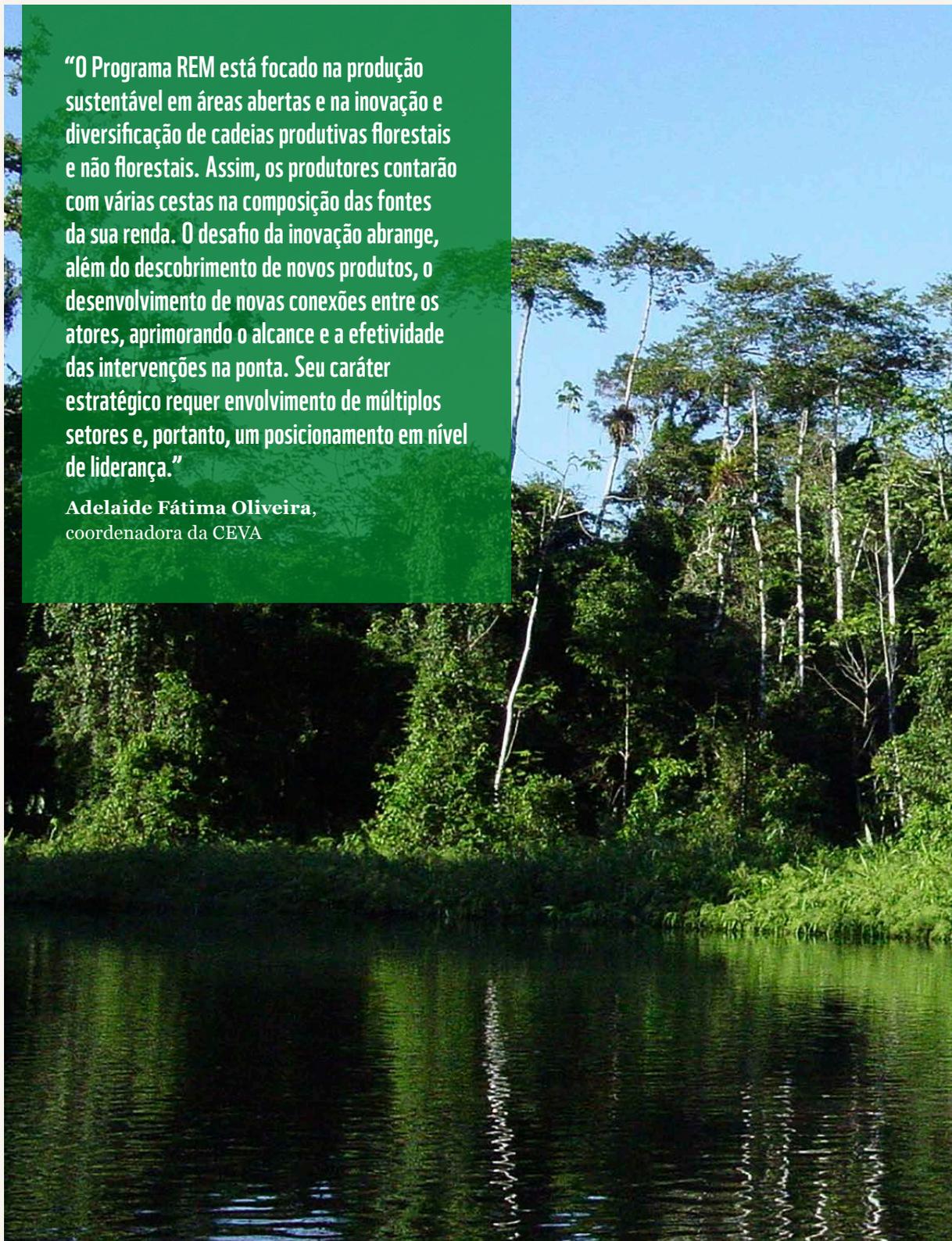
Diferentemente, a iniciativa Global REDD *Early Movers* (Programa REM) inclui também programas subnacionais e de biomas. Ela prevê uma compensação com base em resultados de REDD+ referente a níveis históricos.



© Gleilson Miranda

“O Programa REM está focado na produção sustentável em áreas abertas e na inovação e diversificação de cadeias produtivas florestais e não florestais. Assim, os produtores contarão com várias cestas na composição das fontes da sua renda. O desafio da inovação abrange, além do descobrimento de novos produtos, o desenvolvimento de novas conexões entre os atores, aprimorando o alcance e a efetividade das intervenções na ponta. Seu caráter estratégico requer envolvimento de múltiplos setores e, portanto, um posicionamento em nível de liderança.”

Adelaide Fátima Oliveira,
coordenadora da CEVA





Exemplos de diversificação de mecanismos financeiros no Acre

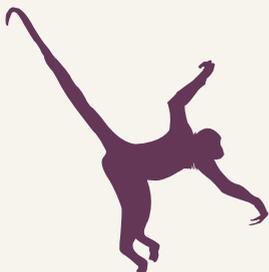
O SISA tem diversificado as suas parcerias que apoiam os mesmos objetivos, gerando sinergias. Os projetos “Desbloqueando Finanças Florestais” e o “SKY *Rainforest Rescue*”, do WWF, são dois exemplos.

O projeto **Desbloqueando Finanças Florestais (Unlocking Forest Finance, UFF)** permitiu elaborar um portfólio de informação sobre cadeias produtivas sustentáveis e do marco regulador com subprogramas e sugestões de salvaguardas socioambientais (GCP Global Canopy Programme, <http://globalcanopy.org/projects/unlocking-forest-finance>). Essa iniciativa complementa o Programa REM em termos de informação sobre resultados, beneficiários e indicação de mecanismos para aumento de competitividade, viabilidade econômica e redução de riscos de investimentos em cadeias produtivas dos subprogramas no Acre. Os primeiros resultados do Projeto UFF foram recentemente utilizados para a criação de um Fundo Estadual de Investimentos em Agricultura e Pecuária por meio do qual se espera o aumento de rentabilidade financeira e competitividade desses setores com redução de impacto em florestas do estado.

O projeto **SKY *Rainforest Rescue***, executado pelo WWF no Acre entre 2009 e 2016, tem apoiado a conservação ambiental e a melhoria de bem-estar de populações rurais e agroextrativistas distribuídas num território de 3,14 milhões de hectares em áreas de floresta sob pressão do desmatamento, próximas da BR-364. As ações incluíram atividades de apoio ao desenvolvimento de agricultura de baixo carbono, buscando reduzir as emissões e fortalecer a economia baseada no uso sustentável da floresta. A parceria representa uma relação-ponte entre o público cliente da empresa SKY e as comunidades das florestas do Acre, tornando-se uma inovadora e reconhecida parceria entre governo, empresa privada, sociedade civil organizada e produtores familiares.

No período de 6 anos, foram investidos recursos no valor aproximado de R\$ 12 milhões (correspondente a 2,4 milhões de libras esterlinas), composto de iguais partes da empresa SKY e dos seus clientes. Os investimentos melhoraram os meios de vida de comunidades florestais com aproximadamente 1500 famílias dedicadas à agricultura sem uso do fogo, ao extrativismo da borracha e à pesca de pirarucu.

Essa parceria contribuiu para o desenvolvimento com baixas emissões de carbono e divulgação da conservação das florestas a milhões de cidadãos do Reino Unido e da Europa em geral.



ATORES

Atores Diretos:

38 associações indígenas e extrativistas, 16 cooperativas e organizações da produção familiar e pecuária diversificada, beneficiárias do SISA.

Instituições envolvidas e parceiras do SISA: IMC, CDSA, FEF, CEVA, SEMA e WWF.

Atores Estratégicos:

MMA (coordenação da ENREDD+), KfW (doador), Fundo de Clima do Reino Unido, Green Climate Fund (GCF), Fundações, dentre outros.

Atores indiretos:

Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM), Earth Innovation Institute (EII), Environmental Defense Fund, Ludovino Lopes Advogados (LLA), Fundação Getúlio Vargas (FGV), GCP. GCF. Forest Trends.



© Sergio Vale

DESAFIOS

Como reduzir os riscos para investidores?

Desde o início o SISA se caracteriza pela adoção do princípio de “conservadorismo”, visando reduzir os riscos internos e atingir as metas, os resultados e minimizar eventuais riscos externos, resultantes do crescimento da oferta no mercado voluntário ou regulado.

A capacidade e a credibilidade do monitoramento são importantes na avaliação dos resultados em escala jurisdicional. Considerando a complexidade das causas do desmatamento, o fortalecimento do (oneroso) monitoramento local, além do monitoramento oficial (PRODES), contribui significativamente para eficiência e transparência do sistema.

O desafio geral é reduzir constantemente os riscos e aumentar as oportunidades. Os atores do SISA devem fazer todos os esforços conjuntos para minimizar os riscos internos de não atingir ou não manter os resultados necessários para a remuneração de REDD+ e não desenvolver a tempo a resiliência perante crises políticas ou econômicas. O SISA está amparado por lei, mas pactos institucionais e sociais estabelecidos poderiam contribuir adicionalmente com a redução de riscos, por exemplo, por meio de informação sobre métodos e resultados com transparência.



De maneira semelhante, deverão ser abordados os riscos externos, como a dinâmica de mercados e variações cambiais extremas. A principal resposta para gerar maior segurança para parceiros é a oferta do Acre vinculada à redução de emissões com diversificação por cadeias produtivas. Por exemplo, a integração do ZEE com o Sistema Nacional de Florestas (SINAFLOR) e o Sistema de Informação do Cadastro Ambiental Rural (SICAR) podem indicar a trajetória de desmatamento e mostrar quanto dos investimentos do SISA são refletidos em emissões evitadas em nível de propriedade ou paisagem.

Como viabilizar um futuro sustentável do SISA?

O orçamento do governo do Estado do Acre está sob constante pressão de demandas sociais e estruturais, ocasionalmente agravada devido a mudanças nas esferas da política e da economia nacional. No futuro, mudanças climáticas também possivelmente

**PARA POTENCIAIS
INVESTIDORES, É
IMPORTANTE REDUZIR
OS RISCOS ATRAVÉS
DE TRANSPARÊNCIA.**

demandarão fundos emergenciais para mitigação e adaptação a novas condições, prioritariamente de comunidades em áreas de risco de inundações ou secas. Essas demandas podem afetar a operação do SISA e das instituições envolvidas.

O SISA está amparado por lei, mas precisa avançar no processo de consolidação de programas, estruturação e desenvolvimento de subprogramas e do sistema de registro de projetos. O aprimoramento do SISA poderá contribuir para a divulgação da oferta do Acre, que vincula a redução de emissões com a diversificação e a verticalização de cadeias produtivas, bem como com a inclusão social (REDD+ com cobenefícios) e atração do interesse de investidores privados.

A identificação das demandas para autonomia do SISA indica, em primeiro momento, aprimorar a efetividade da sua operação e, em segundo momento, consolidar a sustentabilidade financeira do SISA em longo prazo. A sustentabilidade poderá ser atingida com incentivos para diversificação e qualificação de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, da agricultura, silvicultura e pecuária diversificada, ações de comando e controle sempre necessárias e cada vez mais associadas à educação e, por último, com parcerias com investidores públicos, privados e filantrópicos.

Para a aceitação e o sucesso do SISA, é necessário integrar e pactuar entre governo e sociedade as condições da viabilidade em curto prazo e a visão comum em longo prazo. As necessidades mínimas para o funcionamento, o planejamento e o controle das despesas anuais do SISA são estimadas em R\$ 5 milhões por ano. O Programa REM contribuiu com aproximadamente R\$ 4 milhões anuais no período de implementação para a operacionalização e o aprimoramento do SISA.

As exitosas operações de crédito do Estado do Acre demonstraram o potencial de alavancar novos investimentos públicos e privados. As novas tendências da economia do Acre revelam que empresários da pecuária tradicional começam a investir na diversificação, especialmente na cadeia da piscicultura, bem como em cadeias florestais e projetos de reflorestamento. Para potenciais investidores, é importante reduzir os riscos através de transparência. Uma estratégia das parcerias público-privadas é vinculá-las a mecanismos tributários e fiscais para estimular as iniciativas privadas e promover a sustentabilidade financeira do SISA e do Programa ISA Carbono em longo prazo.

“Os recursos investidos nas cadeias produtivas visando a geração de renda para o agricultor familiar é uma forma que pode ser muito eficiente na redução do desmatamento na Amazônia. Esse fato tem sido constatado por nós nas empresas apoiadas no Acre e que atuam nas cadeias do suíno, peixe e aves. Para isso, contribui não só o fato de que a renda garantida ao longo do ano faz com que o pequeno produtor não dependa da extração nem da venda de madeira das suas áreas de florestas, mas também o fato de que esses pequenos proprietários têm acesso à informação sobre os benefícios econômicos de se manter a floresta em pé.

Os participantes das cadeias produtivas entendem a necessidade da manutenção das suas florestas (inclusive em função dos aspectos legais) e também estão dispostos a recuperar áreas desmatadas como contrapartida de investimentos em suas propriedades.”

Armando Pironel,
KAETÉ Investimentos





LIÇÕES APRENDIDAS

Conquistando comprometimento

O monitoramento de todos os processos relevantes do SISA, do Programa ISA Carbono e do Programa REM no Acre, a divulgação da informação sobre as mudanças do uso da terra e sobre o cumprimento das salvaguardas socioambientais, em geral, a transparência de resultados, impactos e desafios, contribuíram para o envolvimento dos atores e comprometimento de grande parte dos beneficiários.

A necessidade da comunicação efetiva entre os atores locais e da divulgação para os interessados em geral ficou evidente desde o início da implementação do Programa REM em 2013. Desde o início de sua implantação, era importante o engajamento de gestores, técnicos e beneficiários em relação ao propósito, a origem e o destino dos recursos e as responsabilidades. O principal foco da comunicação foi direcionado às mudanças de práticas, à valorização do capital natural do estado, às estratégias de monitoramento, e à importância do desenvolvimento de cadeias produtivas com base florestal, à saúde dos ecossistemas e à manutenção dos serviços ambientais.

A governança do SISA se baseia na gestão compartilhada. A participação efetiva dos atores fortaleceu o sistema a partir de espaços e instrumentos previstos, a exemplo de reuniões da CEVA, dos GT Indígena e Mulher e do coletivo dos Conselhos Estaduais, de



© Sérgio Vale



A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DOS ATORES FORTALECEU O SISTEMA A PARTIR DE ESPAÇOS E INSTRUMENTOS PREVISTOS

oficinas de formação com beneficiários e outros atores, publicação de ações e resultados via internet, imprensa e rádio, sempre observando os procedimentos do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI).

Unindo as forças por uma causa comum

Para fortalecer a participação e as capacidades locais de beneficiários e atores interessados em atingir os objetivos do SISA, do Programa ISA Carbono e do Programa REM, como também a realização do monitoramento de desempenho, resultados e impactos, foi necessário fortalecer os recursos humanos, tecnológicos e financeiros, bem como os mecanismos de gestão eficiente em geral.

O princípio da integração entre atores e instituições demonstrou que as forças unidas permitem aproveitar sinergias, otimizar o uso dos recursos sempre limitados para fins comuns, minimizar desperdícios e construir liderança e resiliência desde as bases perante eventuais mudanças administrativas e políticas, assegurando a continuidade dos processos em longo prazo.

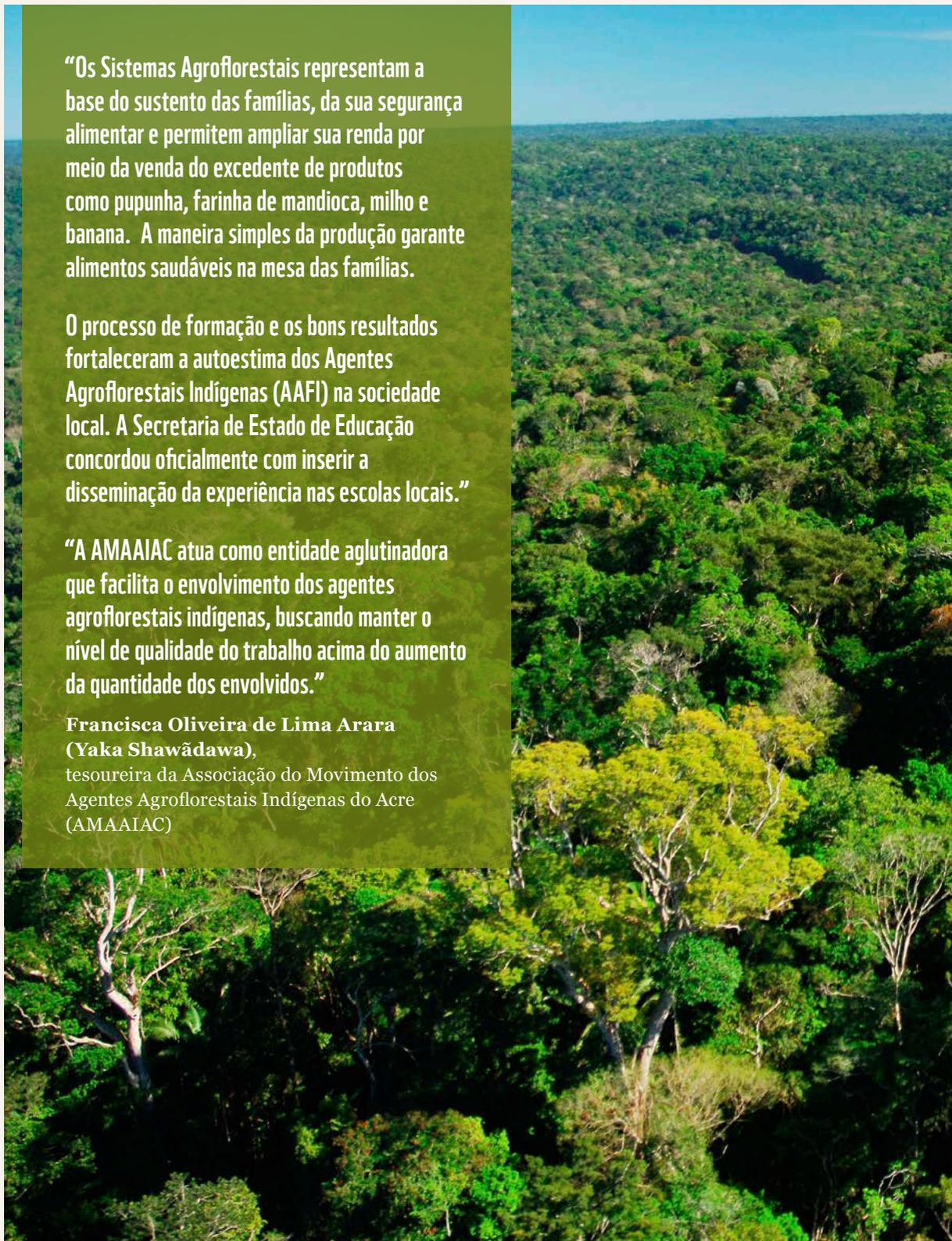
A integração entre atores fortaleceu ainda mais o comprometimento social com o SISA e permitiu construir parcerias nacionais e internacionais. Os representantes das instituições do SISA, com base na sua experiência, estão integrando hoje a Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+), suas Câmaras Temáticas e redes internacionais como a Força Tarefa de Governadores pelo Clima e Florestas (*GCF Task Force*).

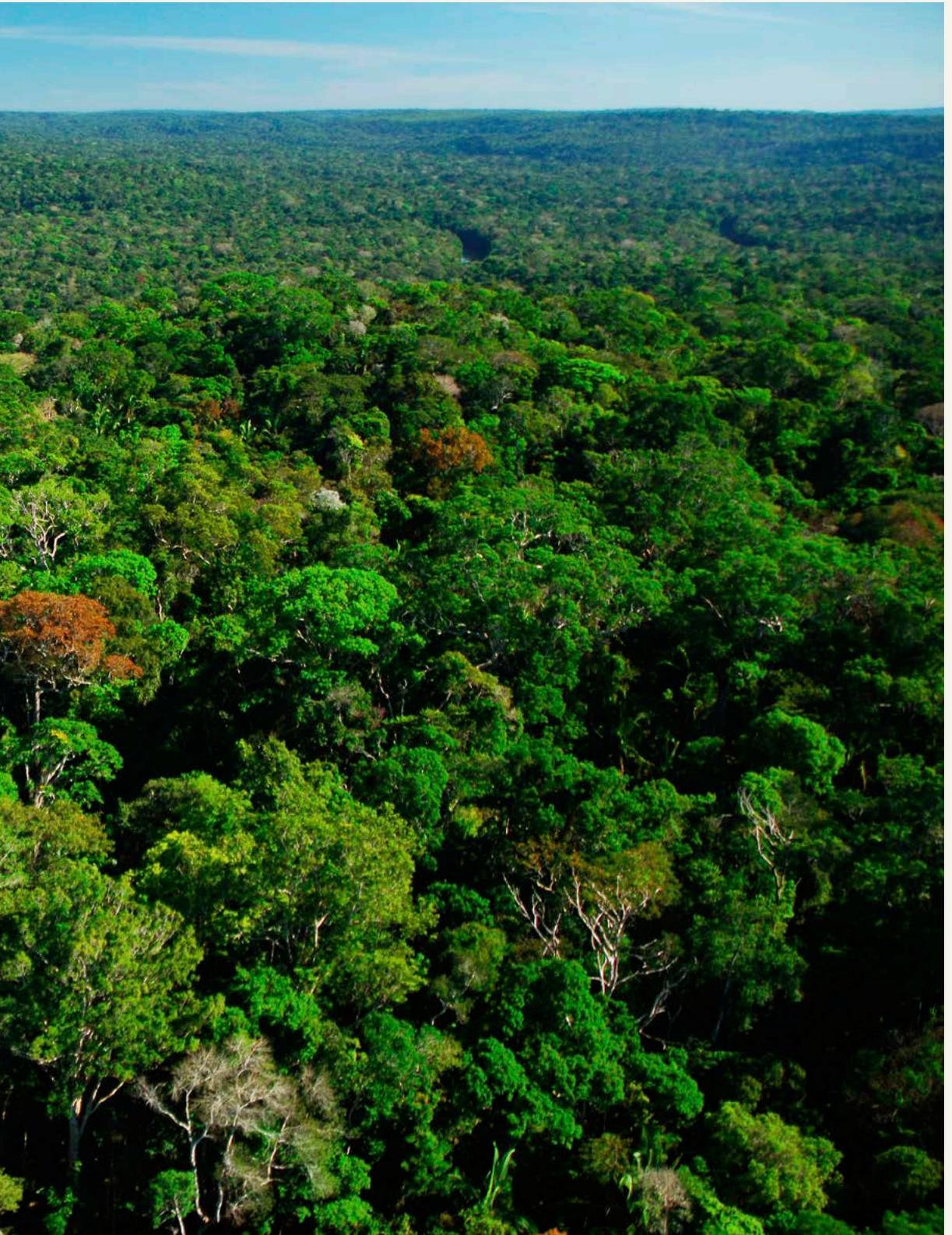
“Os Sistemas Agroflorestais representam a base do sustento das famílias, da sua segurança alimentar e permitem ampliar sua renda por meio da venda do excedente de produtos como pupunha, farinha de mandioca, milho e banana. A maneira simples da produção garante alimentos saudáveis na mesa das famílias.

O processo de formação e os bons resultados fortaleceram a autoestima dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) na sociedade local. A Secretaria de Estado de Educação concordou oficialmente com inserir a disseminação da experiência nas escolas locais.”

“A AMAAIAC atua como entidade aglutinadora que facilita o envolvimento dos agentes agroflorestais indígenas, buscando manter o nível de qualidade do trabalho acima do aumento da quantidade dos envolvidos.”

Francisca Oliveira de Lima Arara (Yaka Shawãdawa),
tesoureira da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC)





Construindo Parcerias Público-Privadas e Comunitárias

As Parcerias Público-Privadas e Comunitárias (PPPC) podem contribuir para maior integração social, viabilidade, diversificação econômica das cadeias produtivas e, conseqüentemente, para agregação de valor e desenvolvimento mais sustentável. Esse modelo baseia-se no objetivo de inspirar os diversos atores e construir parcerias para o desenvolvimento de cadeias produtivas, que visa a transição para uma economia de baixas emissões de carbono com alta inclusão social.

A lição do benefício da inclusão social

Um exemplo mais recente no Estado do Acre é o desenvolvimento da cadeia produtiva da piscicultura, como uma das alternativas para a diversificação da pecuária tradicional. As práticas tradicionais da pecuária bovina na Amazônia estão entre os mais importantes vetores do desmatamento. A pecuária diversificada, além do potencial de enriquecer os mercados com suprimento de proteína animal, diminui a necessidade de expansão e, conseqüentemente, a pressão sobre as florestas.

A cadeia produtiva da piscicultura foi ampliada a partir de 2013 com investimentos público-privados (do Governo do Estado do Acre com investidores privados locais) em infraestrutura em escala industrial para processamento, embalagem, armazenamento e refrigeração de produtos de peixe. O empreendimento “Peixes da Amazônia” contou com capital do Fundo de Investimentos e Participações Empresas Sustentáveis da Amazônia (*private equity fund*), gerido pela empresa Kaeté Investimentos. Em passo seguinte a criação do empreendimento, o Governo do Estado promoveu a inclusão de Cooperativas de Piscicultores Familiares na sociedade, doando parte de suas ações às mesmas. O gerenciamento dos processos produtivos da Peixes da Amazônia é realizado por executivos de mercado e por um conselho de administração, onde as cooperativas têm poder de voto. As organizações de pequenos produtores também são incluídas através do fornecimento dos peixes na cadeia produtiva da piscicultura. Os produtores são considerados provedores de serviços ambientais, que contribuem para a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal e foram beneficiados no âmbito do Programa REM. Dessa maneira consolidou-se uma parceria público-privado-comunitária virtuosa, que beneficia os envolvidos com inclusão socioeconômica, rentabilidade acima das atividades tradicionais, geração de emprego e renda, bem como produção de alimentos saudáveis, sem necessidade de desmatar.

Analisando as principais lições aprendidas, é importante lembrar que a provisão dos serviços ambientais relacionados com REDD+ é uma contribuição além da jurisdição local, inspirando, como experiência prática, cada vez mais interesse em escala nacional e internacional.



© Sergio Vale

PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA SÃO ESSENCIAIS PARA O SUCESSO

Participação social representativa, efetiva e transparência abrangente representam condições essenciais para implementar um programa de REDD+ em nível jurisdicional com sucesso. A abrangência deve, em última instância, abrir todos os canais de comunicação possíveis com os públicos interessados.

ZELAR PELA EQUITATIVA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

A repartição dos benefícios oriundos da remuneração dos resultados de REDD+ é pensada para criar um ciclo virtuoso: os recursos remunerados com base em resultados de ações que contribuem com a redução do desmatamento e conservação das florestas são reinvestidos para fortalecer estas ações ainda mais.



REDD+ É UM MECANISMO ÚTIL

Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação de florestas REDD+ é um mecanismo entre outros, útil para contribuir com a mitigação das mudanças do clima sem afetar as oportunidades de desenvolvimento das populações envolvidas, se implementado de maneira participativa e transparente.

A DIVERSIDADE É UM PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE

A diversificação de mecanismos financeiros e econômicos constitui um pilar que fundamenta o desenvolvimento sustentável, com maior independência e resiliência perante mudanças e riscos.



Por que estamos aqui

Para interromper a degradação do meio ambiente e construir um futuro no qual seres humanos vivam em harmonia com a natureza

www.wwf.org.br